

## ***DAS MATAS, DAS BEIRADAS E DOS RIOS: OS RIBEIRINHOS DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA (PA) E SUAS RELAÇÕES COM O LUGAR<sup>1</sup>***

Amarildo Silva Araújo<sup>2</sup>  
Nilson Cesar Fraga<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo contribuir para o debate em relação às comunidades tradicionais, destacando as comunidades ribeirinhas da Amazônia, em especial, as Comunidades de Apinagés, Prainha e Ponta de Pedra do Araguaia localizadas no município de São João do Araguaia, estado do Pará. A metodologia ancora-se na fenomenologia, base de análise das entrevistadas, observações *in loco*, fotografias e revisão bibliográfica. As discussões realizadas sobre comunidades ribeirinhas, localizadas às margens do Rio Tocantins e Araguaia, tiveram como arcabouço teórico, os conceitos de Lugar, na perspectiva fenomenológica de Yi-fu Tuan (1983) e de comunidades tradicionais de Arruda (1998), Almeida (2008), Diegues (1994, 2000 e 2004). A categoria geográfica, Lugar, é relevante à pesquisa de comunidades tradicionais a partir da compreensão das relações estabelecidas pelos sujeitos com a natureza, que são responsáveis pela construção da afetividade ao local, constituindo, assim, o espaço vivido. A investigação concluiu que os ribeirinhos amazônicos possuem um modo de vida ligado diretamente à dinâmica da floresta, “beirada” e dos rios. Mas, o ribeirinho são-joanense estabelece uma relação com a mata e a “beirada”, de acordo com a dinâmica local do rio Tocantins e Araguaia, que materializa um modo de vida único no território. O mundo vivido do beradeiros são-joanenses precisa ser conhecido, compreendido e respeitado na Amazônia paraense e no Brasil.

**Palavras Chave:** Amazônia, Ribeirinhos, Lugar, fenomenologia, Beradeiros.

### **ABSTRACT**

The article aims to contribute to the debate in relation to traditional communities, highlighting the riverside communities of the Amazon; in particular, the Communities of Apinagés, Prainha and Ponta de Pedra do Araguaia located in the municipality of São João do Araguaia, state of Pará. The methodology is anchored in phenomenology, the basis for analyzing the interviewees, in loco observations, photographs and bibliographic review. The discussions held about riverside communities, located on the banks of the Tocantins and Araguaia Rivers, had as a theoretical framework the concepts of Place, from the phenomenological perspective of Yi-fu Tuan (1983) and traditional communities of Arruda (1998), Almeida (2008), Diegues (1994, 2000 and 2004). The geographic category, Place, is relevant to the research of traditional communities based on the understanding of the relationships established by the subjects with nature, which are responsible for the construction of affection for the place, thus

---

<sup>1</sup> O artigo faz uma discussão sobre as comunidades ribeirinhas de São João do Araguaia, a partir do projeto de pesquisa de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, e entrevistas feitas para a construção da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult/UFT).

<sup>2</sup> Geógrafo e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. [geonalta@hotmail.com](mailto:geonalta@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientador. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR-RO). [nilsoncesarfraga@hotmail.com](mailto:nilsoncesarfraga@hotmail.com)

constituting the lived space. The investigation concluded that Amazonian riverside dwellers have a way of life directly linked to the dynamics of the forest, “edge” and rivers. But, the *são-joanense* riverside establishes a relationship with the forest and the “beirada” (edge), in accordance with the local dynamics of the Tocantins and Araguaia rivers, which materializes a unique way of life in the territory. The lived world of the *beradeiros são-joanenses* people needs to be known, understood and respected in the Pará Amazon and Brazil.

**Keywords:** Amazon, Ribeirinhos, Place, phenomenology, Beradeiros.

## INTRODUÇÃO

O presente texto é uma contribuição à discussão sobre populações tradicionais amazônicas, em especial, as comunidades ribeirinhas localizadas às margens dos rios Tocantins e Araguaia, em São João do Araguaia, sudeste paraense. Aqui, é exposta a categoria lugar, na perspectiva fenomenológica, para a compreensão do espaço vivido ribeirinho.

A pesquisa é qualitativa. O Método de investigação alicerça-se na fenomenologia para estudo de comunidades tradicionais ribeirinhas. A fenomenologia possibilita a descrição da experiência do sujeito. Nesse caso, é possível descrever a experiência das comunidades frente às mudanças no seu território vivido pelo avanço do capital na região. Para Bicudo (2011, p. 42-43) “[...] a experiência vivida é o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa fenomenológica [...]”.

A metodologia ancora-se na pesquisa bibliográfica e documental, observações, entrevistas e fotografias. As entrevistas foram realizadas no mês de abril de 2017 (30 entrevistas) com chefes de famílias ribeirinhas de Apinagés, as observações e fotografias foram realizadas em setembro de 2022, nas comunidades de Apinagés, Prainha e Ponta de Pedra do Araguaia.

O objetivo da pesquisa é analisar as comunidades ribeirinhas do município de São João do Araguaia que percebem as transformações ocorridas no seu mundo vivido e nas suas relações com o lugar, e identificar as estratégias territoriais de sobrevivência adotadas ao longo desse espaço temporal que as mantém na condição de povos tradicionais amazônicos.

As indagações feitas sobre os ribeirinhos de São João do Araguaia foram construídas através dos dados primários das entrevistas (citações), observações “*in loco*” e imagens registradas em visita de campo. A investigação não faz indagações específicas às comunidades ribeirinhas em particular. Mas, o escopo é analisar as características dos ribeirinhos de São João do Araguaia no contexto amazônico.

Na primeira seção, discute sobre o conceito de lugar na geografia, a partir dos geógrafos: Dardel (2011), Buttimer (1985), Lowenthal (1989) e Tuan (1989, 2002) e sua relevância para a compreensão do espaço vivido. Na divisão seguinte, apresenta o conceito de comunidades tradicionais, a partir de Almeida (2008), Arruda (1999), Brasil (2007), Diegues (1994, 2000 e 2002) e suas contribuições à compreensão do conceito de comunidade tradicional.

Na última seção, faz uma breve discussão sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas em São João do Araguaia, no contexto amazônico, e suas singularidades e diferenças; a partir das informações adquiridas em campo (conhecimento, observações *in loco* e imagens) e da pesquisa bibliográfica. A pesquisa propõe a compreensão dos elementos constitutivos da tradicionalidade dos ribeirinhos – a relação com a mata, a beirada e o rio; e a luta para continuar vivendo o/no território.

## **GEOGRAFIA HUMANISTA: A CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR**

Nesta seção, é realizada uma breve discussão do conceito de lugar, a partir de alguns geógrafos humanistas, com objetivo de demonstrar a importância da concepção experienciada como agente construtor de espaço, neste caso, o espaço vivido, e suas contribuições a análise de comunidades tradicionais na Amazônia, em especial os ribeirinhos de São João do Araguaia. O objetivo principal é apresentar reflexões que contribuam para pensar os ribeirinhos à luz de suas relações afetiva em uma porção específica do território.

Nesta perspectiva, apresentamos os teóricos que contribuíram para a construção da concepção geográfica de espaço vivido. Nesta esteira, expomos grandes expoentes desta tendência geográfica. O geógrafo francês Eric Dardel (2011) advoga que o espaço geográfico é “existencial fundado na relação entre o ser a Terra”. A sua compreensão ontológica da geografia é formada pelas relações subjetivas, emocionais, poéticas, sonoras, odorífera e imagética na “experiência terrestre”.

Assim, segundo esse autor, a geografia esboça a ideia com conceitos e argumentos próprios, ao declarar que a ciência geográfica precisa investigar o sentido da existência da humanidade na Terra e não somente a relação em si. Nota-se na ideia de Dardel, a noção de espaço vivido, ou seja, o lugar, a partir da ideia que precisamos conceber o espaço pela “experiência”.

A geógrafa Anne Buttimer (1985) concebe o conceito de lugar à luz das evidências sugeridas pelos fenomenologistas, e compreende as dificuldades interpretativas dos cientistas

sociais em apreender a experiência direta dos geógrafos em aceitar algumas definições feitas sobre o espaço vivido.

Assim, para a autora, o sentido de mundo vivido surge como um modo que precede a consciência dada da experiência cotidiana de lugar. Volta à noção de gênero de vida, e os padrões cotidianos aceitos pelo grupo, conduta e convívio. O lugar, na concepção de Buttimer, é uma parcela do espaço geográfico delimitada pelas relações sociais e afetivas exercidas cotidianamente.

Lowenthal (1985), no seu artigo Geografia, Experiência e Imaginação, apresenta uma geografia centralizada na experiência humana. Experiência que não é compreendida apenas pelos sentidos (visão, olfato, audição e paladar), mas pela vivência, história, lugar e aprendizagens, e imaginações construídas nos mapas mentais. Os sentidos e os saberes supracitados constituem as bases da experiência na compreensão do mundo e na formação das geografias particulares ou espaço vivido.

Lowenthal (1985) oferece as bases epistemológicas para a compreensão de como comunidades de culturas diferentes, por meio da experiência com o meio ambiente, constroem suas geografias (espaço vivido). Visto que, a compreensão do objeto de estudo da geografia – o espaço – a partir da experiência, é realizado mediante uma abordagem fenomenológica, que proporciona ciência do lugar.

A categoria geográfica – Lugar – é necessária à compreensão de espaços construídos e compreendidos pela “experienciação”, como apontou Lowenthal (1985) e Buttimer (1985); nesta perspectiva epistemológica, o geógrafo Yi-Fu Tuan é um teórico com uma grande bagagem teórica sobre o conceito de lugar, principalmente na obra “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência”.

Segundo Tuan (1983, p. 3) “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar com o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria”.

O lugar é vivido no cotidiano, e é resultado de experienciação direta pelos sentidos: tato, olfato, paladar e audição. Os sentidos conduzem o ser ao contado direto com uma porção delimitada de espaço, e proporciona familiaridade e afetividade aos sujeitos (Tuan, 1983).

Nesta perspectiva, o lugar é uma construção afetiva de sujeitos ou comunidades com uma porção do espaço que têm familiaridade. A familiaridade e a afetividade, ou em outras palavras, a vivência em uma porção do espaço, é construída na experienciação com o território, recursos naturais e as relações interpessoais. Conforme Tuan (1983), estes fatores são responsáveis pela construção do amor ao local, constituindo assim, um lugar.



Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. Os homens compartilham com outros animais certos padrões de comportamento [...]. Espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983, p. 3-4, 6).

Nas palavras de Tuan, o lugar é uma construção afetiva. O espaço desconhecido torna-se lugar pela experiência a cada tentativa, porque é no lugar, como bem frisou Tuan (1983), que vivemos fortes emoções, sentimos tristezas e alegrias; é no lugar que constituímos família, criam-se os filhos, é no lugar que temos um lar. É no lugar que evocamos lembranças de momentos felizes, tanto para nós, como para os nossos familiares e antepassados.

Segundo Tuan (1983, p.151) “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...] das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual”. O lugar é uma porção do espaço (lar, comunidade e a cidade), pessoas e emoções, delimitadas pela experiência, por meio dos sentidos, que armazena na memória, a noção de espaço vivido. Os espaços, emoções e as pessoas (os códigos/palavras) assumem novas conotações simbólicas que contrapõem o seu sentido denotativo. Os significados são construídos a partir da relação íntima, direta e afetiva da pessoa com o local (Araújo, 2017).

Em resumo, podemos dizer que lugares muito queridos não são necessariamente visíveis, quer para nós mesmos, quer para os outros. Os lugares podem se fazer visíveis através de inúmeros meios: rivalidades ou conflito com outros lugares, proeminências visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos. Os lugares humanos se tornam muito reais através da dramatização. Alcançar-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos (TUAN, 1983, p. 197).

De acordo com Tuan, o sentimento de afetividade pelo lugar é evidente somente em meio à rivalidades e conflitos que geram a possibilidade de perda de território. No Brasil, muitos povos tradicionais amazônicos perderam a base da afetividade “o espaço conhecido”, em razão da construção de grandes empreendimentos pelo Estado e o capital, no período dos Governos Militares (1964-1985), que provocou o deslocamento compulsório para espaços que não reconheciam (não – lugares).

Corroborando com as palavras de Tuan, Sieben (2012, p.118) diz: “Talvez, a dimensão de lugar só ganhe sentido e se torne clara quando, infelizmente ocorra a perda ao local de pertencimento, de significado e de identidade”. Assim, o lugar torna-se importante no imaginário quando há possibilidade de perda. É no momento de perda que o sentimento de

pertencimento surge com intensidade; na probabilidade de perderem o território, a base de suas relações com a dinâmica da natureza.

### **CONCEITO DE COMUNIDADE TRADICIONAL: ELEMENTOS PARA UM DEBATE GEOGRÁFICO**

Nesta seção, pretende-se fazer uma discussão sobre o conceito de populações tradicionais e sua relevância para a abordagem geográfica. Para a ciência geográfica, é pertinente a investigação do “local”, a partir da categoria “lugar”. Mas, a geografia só efetuará o estudo com resultados satisfatórios sobre o espaço vivido (lugar) de comunidades tradicionais, a partir da compreensão da gênese dos povos tradicionais e, sua relação com a dinâmica da natureza.

Nesta pesquisa, as expressões comunidades tradicionais, povos e populações tradicionais possuem o mesmo significado. Na tentativa de definição do conceito de comunidade tradicional, apresento o conceito cunhado no decreto presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, que refere-se a povos e comunidades tradicionais e as define no artigo 3 como:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

O decreto presidencial nº 6.040 é uma conquista na luta por reconhecimento dos povos tradicionais marginalizados; pois estes, agora são reconhecidos como povos tradicionais pelo Estado, seu modo de vida, territorialidades, cultura e práticas ambientais e sociais no território.

Diegues (2002), corroborando com a lei, entende as populações tradicionais como aquelas que praticam um extrativismo que foi historicamente construído no território, caracterizando-se por uma atividade de baixo impacto ambiental.

Segundo Diegues (2002), as comunidades tradicionais possuem relações específicas e particulares com o território, pois a territorialidade é intimamente relacionada com o manejo dos recursos naturais e não se volta diretamente para a geração de lucro, e sim, a reprodução cultural e social. As populações tradicionais têm aspectos culturais característicos que os diferenciam da cultura das classes dominantes.

Os povos tradicionais, em alguns casos, residem em territórios distantes, criam alternativas de sobrevivência, desenvolvendo conhecimentos construídos historicamente sobre o meio em que estão inseridos para sobreviver.

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEQUES, 2002, p. 4).

As comunidades tradicionais possuem modo de vida peculiar e adaptado ao território, e vivem no espaço de acordo com a dinâmica da natureza, pois suas práticas cotidianas estão intimamente ligadas à relação particular homem/natureza no tempo/espaço que proporciona o lugar para chamar de “lar”. O lugar dos povos tradicionais é uma afronta ao modelo capitalista do Estado na Amazônia.

As comunidades tradicionais formam territórios culturais e políticos definidos pelo Estado. A lei nº 6.040 reconhece as comunidades como tradicionais; contudo, no uso de seu poder, delimita (área) politicamente à cultura, identidade, à territorialidade e o território, em espaços que não correspondem ao espaço vivido historicamente (Araújo, 2017).

A relação com o território é fundamental para a sobrevivência, pois suas atividades diárias são realizadas na interação com recursos naturais. Cotidianamente, as comunidades tradicionais exercem os trabalhos artesanais manifestando a cultura. Eles pescam, caçam, praticam a agricultura e coletam o que precisam da natureza. Estas atividades são a principal fonte de alimento e de renda das comunidades, povos e populações de hábitos tradicionais.

Segundo Arruda (1999, p. 79) a labuta seria: “[...] uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar”.

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações “tradicionais”, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais [...] (ARRUDA, 1999, p. 83).

Segundo Araújo (2017), os povos tradicionais possuem culturas forjadas nas relações sociais e com a natureza. Essas populações, mediante os saberes acumulados dos ancestrais a respeito do meio ambiente, em consonância com a sua própria experiência, como o conhecimento que os ribeirinhos possuem de locais no rio de cada espécie de peixe, fato este que se materializa na *práxis*, na observação das fases da lua e nas estações do ano.

Segundo Diegues (1994, p.14), as comunidades tradicionais possuem: “[...] uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias [...]”. No entanto, é notório que cada comunidade tradicional, de acordo com o ecossistema inserido e sua relação com a dinâmica da natureza, produz hábitos distintos de outros povos tradicionais.

Assim, pode-se afirmar que as comunidades tradicionais amazônicas possuem relações distintas dos povos tradicionais do bioma Cerrado, porque a dinâmica de cada ecossistema é diferente. Nesta esteira, Almeida (2008) declara que os povos tradicionais amazônicos são sujeitos sociais construídos em condições específicas de coletividade ligada à dinâmica da floresta e dos rios amazônicos, e o ribeirinho é o principal representante desse modo de vida, em razão de suas multiplicidades de ligações com a dinâmica da natureza para sobreviver.

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural [...]. As populações ribeirinhas de pescadores-agricultores-extrativistas manipulam, há vários anos, ecossistemas extremamente delicados, sem que nenhum esforço sistemático de políticas públicas tenha existido em seu apoio. Toda uma rica tradição de construção de barcos e habitações adaptadas às condições regionais vem sendo ameaçada em virtude da prioridade ao transporte rodoviária, numa região que possui a maior bacia hidrográfica do mundo [...] (PORTO GONÇALVES, 2005, p.154, 156).

Corroborando com Porto Gonçalves, Almeida (2008) define o ribeirinho amazônico como povos de hábitos tradicionais em razão de suas práticas de baixo impacto ambiental. Os caboclos da floresta/ribeirinho compreendem a dinâmica do bioma amazônico, e para sobreviverem, exercem inúmeras atividades, são pescadores, agricultores e extrativistas; contudo, essas atividades respeitam a floresta e os rios. Os povos tradicionais amazônicos pescam; coletam frutas, raízes, resinas; e plantam em terra firme, e nas vazantes cultivam legumes e cereais para a sua subsistência, pouco do que produzem é comercializado.

Segundo Diegues (2000), o território fornece às populações tradicionais os meios para subsistência, os meios de trabalho e produção, bem como, os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco de uma sociedade.

As comunidades tradicionais são constituídas de pessoas de hábitos culturais construídos na relação harmoniosa com a natureza. Os territórios tradicionais são essenciais para manterem seu modo de vida preservado. Contudo, com o avanço do capital para o interior da Amazônia, os povos tradicionais têm os seus territórios ancestrais ameaçados.



O Estado não percebe que a valorização e o reconhecimento dos povos tradicionais brasileiros e seus respectivos territórios como uma possibilidade de preservação da natureza.

[...] baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilas de um novo conservacionismo nos países do Sul (DIEGUES, 2000, p. 42).

O reconhecimento de seus hábitos culturais e de seus territórios tradicionais é uma alternativa à preservação da natureza, porque a natureza é vista como mercadoria pelo capital, e por isso, almejam explorá-la; mas, os povos tradicionais respeitam a natureza e coletam apenas o que precisam para sobreviver.

As populações, povos e comunidades tradicionais são sujeitos que possuem seu modo de vida, cultura e identidade ligadas aos ciclos naturais dos biomas onde residem, e resultam em modos de vida distintos entre eles, e o modo de vida urbano. O território Amazônico é atravessado pelos maiores rios do Brasil, o rio Amazonas, Tapajós, Xingu, Tocantins e Araguaia; e por essa razão, as comunidades ribeirinhas possuem modos de vida distintos, porque o ambiente amazônico é heterogêneo.

As comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas são diversas. Há ribeirinhos que são pescadores-extrativistas-agricultores; ribeirinhos – pescadores; ribeirinhos – pescadores – vazanteiros, e ribeirinhos que usam o rio somente para o lazer. Destarte, não se define as comunidades ribeirinhas com os mesmos hábitos tradicionais; o que se afirma é que, de alguma maneira, são ligadas à dinâmica dos rios nas estações secas e chuvosas às margens dos rios amazônicos. Na seção seguinte, apresentaremos o ribeirinho são-joanense das margens dos rios Tocantins e Araguaia, e seus hábitos no território que revelam sua tradicionalidade.

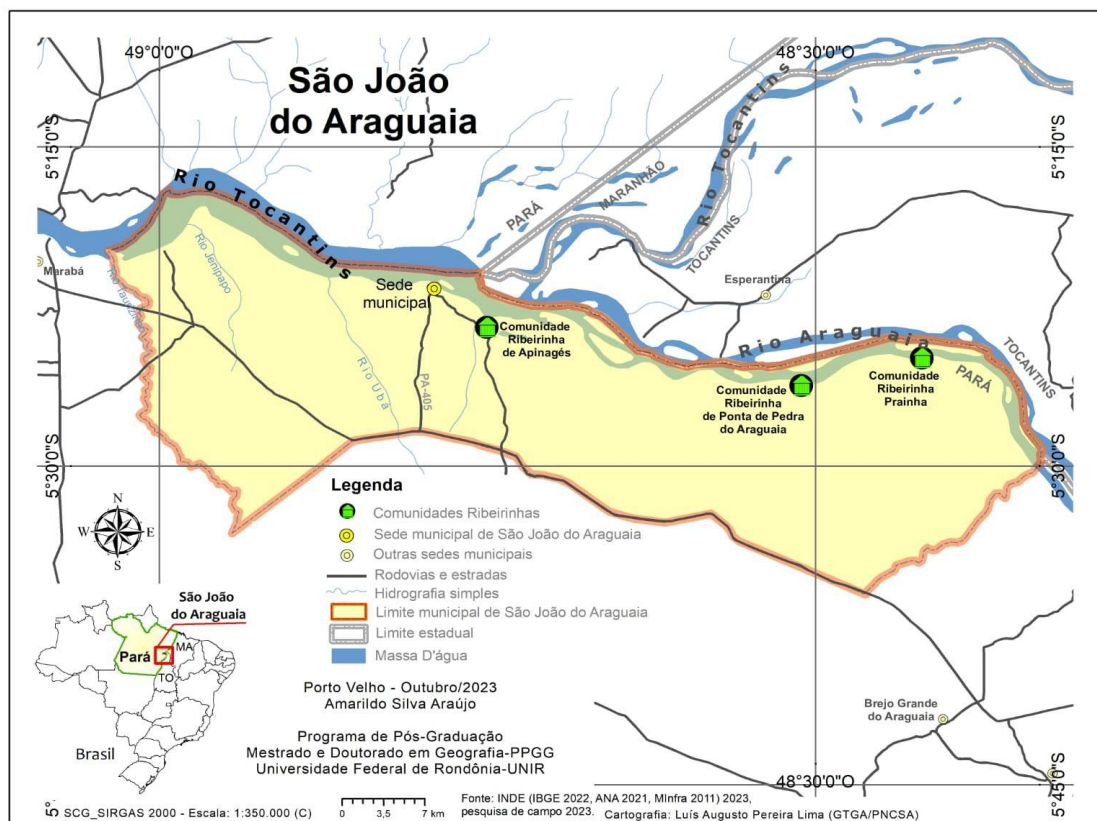
## **AMAZÔNIA PARAENSE: OS BERADEIROS DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA**

As comunidades ribeirinhas em estudo localizam-se no município de São João do Araguaia, na microrregião de Marabá, sudeste paraense, e pertence à região Norte, mapa 01. O processo de ocupação em São João do Araguaia começou no final do século XVIII, em 1797; mas a autonomia política foi conquistada em 12 de dezembro de 1961. Segundo o censo de 2010, a população estimada é de 13.569 habitantes, com densidade demográfica de 10,28 hab./Km<sup>2</sup> (Ibge, 2022).

O município possui uma área territorial de 1.279,889 Km<sup>2</sup> e faz limites com o estado do Maranhão, ao norte, à leste faz divisa com o estado do Tocantins, mapa 1. O clima é equatorial, de acordo com classificação de Köppen; a cobertura vegetativa é a floresta equatorial latifoliada, Floresta Aluvial e Cerradão; e o território é drenado pela bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia (Pará, 2014).

Os beradeiros em estudo, conforme o mapa 1, localizam-se no rio Tocantins (Vila de Apinagés) e no Rio Araguaia (Vila de Ponta de Pedra do Araguaia e Vila da Prainha). São comunidades formadas por sujeitos de hábitos tradicionais, que retiram da floresta-beirada-rio o sustento necessário para manterem suas famílias e para continuarem vivendo como sujeitos ribeirinhos.

**Mapa 01** – Localização geográfica dos Beradeiros de São João do Araguaia/PA



Fonte: Luís Augusto P. Lima, outubro de 2023

Segundo Velho (2009), o povoamento no município de São João do Araguaia intensificou-se, no final do século XIX, e até a metade do século XX, em virtude do extrativismo vegetal, da mineração de diamante e cristal, e se aproximou com rio Tocantins, em função do deslocamento fluvial para as maiores cidades da região: Belém e Marabá (PA), e Imperatriz (Maranhão).

As comunidades beradeiras são-joanenses surgiram nas décadas de 1930 e 1940, às margens do rio Tocantins e Araguaia, com a migração de nordestinos para a Amazônia, neste caso, principalmente maranhenses (Velho, 2009). As casas eram construídas de madeira, argila e cobertas com “palha” de babaçu (*Attalea speciosa*), conhecidas como “pau-a-pique” (casa de babaçu) (Diegues, 1994).

Na época havia abundância de peixes e quelônios (tartarugas e tracajás); e da floresta coletavam a castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), o açaí (*Euterpe oleracea*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), o cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); e extraíam óleos para fins medicinais: a copaíba (*Copaifera Langsdorffii*) e andiroba (*Carapa guinensis*); cultivam nas vazantes, o arroz (*Oryza sativa*), o feijão (*Phaseolus vulgaris*), a fava (*Vicia faba*), o milho (*Zea mays*). Caçavam paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta*), anta (*Tapirus terrestres*), veado (*Ozotocerus bezoarticus*), caititu (*Pecari tajacu*), mutum (*Crax fasciolata*) e jabuti (*Chelonoidis denticulata*) para complementarem a alimentação. O óleo utilizado na culinária era extraído do coco babaçu.

A relação com o rio e a floresta constituía o cotidiano e a base do modo de vida ribeirinho (Diegues, 2000; Arruda, 1999; Brasil, 2007; Almeida, 2008). O rio fazia parte da vida diária dos ribeirinhos; no rio, as mulheres ribeirinhas lavavam as roupas, os utensílios domésticos, limpavam o peixe, apanhavam água para o preparo dos alimentos e para consumirem, e banharem. A vida do beradeiro dava-se no rio. Assim, pode-se afirmar, conforme Lowenthal (1985), Buttimer (1985) e Dardel (2011) que a constituição do lugar ribeirinho dá-se na experiência humana por meio dos sentidos, relações subjetivas e emocionais, que constitui o seu “mundo vivido” com base no liame com o rio.

Os ribeirinhos/beradeiros da Amazônia paraense extraíam da natureza o que precisam para sobreviver. Coletavam, pescavam, plantavam nas vazantes e caçavam. Produziam as suas casas, moveis, e canoas. Segundo Arruda (1999) e Diegues (2000), os saberes herdados de seus ancestrais indígenas, e suas experiências, eram as habilidades necessárias para sobreviverem da dinâmica da natureza.

Segundo o entrevistado 12, as canoas eram feitas com um único tronco de madeira, a madeira usada era de pequiá-amazônico (*Caryocar villosum*), amarelão (*Pythium ultimum*), jatobá (*Hymenaea courbaril*) e castanha do Pará. A fabricação era artesanal, talhada com enxó e com fogo. As embarcações eram usadas para a pesca e para deslocamento pelos rios.

Os ribeirinhos vivem sua relação com o rio, mesmo diante das adversidades. É na relação com o rio que se materializa a identidade ribeirinha: no laser – no tomar banho de rio, e nos passeios pelas praias; nos acampamentos no mês de julho (15 a 30 dias) – neste período,

construíam barracões com troncos de árvores e cobertas de “palhas” de babaçu. Além disso, aglutinam estratégias de sobrevivência para permanecerem em seus territórios. Pescavam com redes, anzóis, tarrafas, espinheis e arrastões; mergulhavam para capturar o acari; cultivavam nas vazantes do rio e das ilhas. Segundo Tuan (1983), são nesses momentos de satisfação biológica de comida, água e laser que o “lugar” surge como local de valor afetivo.

Muitas famílias ribeirinhas detêm poses de pequenas ilhas nos rios Tocantins e Araguaia. No período de estiagem nas ilhas cultivam legumes, cereais nas áreas de planícies e nas áreas elevadas plantam frutas: caju (*Anacardium occidentale*), manga (*Mangifera indica*), murici (*Byrsonima crassifolia*), banana (*Musa spp.*) e biribá (*Annona mucosa*); e criam porcos e galinhas (*Gallus gallus domesticus*).

Segundo as falas dos entrevistados, as canoas não são fabricadas como outrora, e os jovens não têm interesse no ofício. As canoas são feitas de tábuas de madeira de jatobá, e as brechas são preenchidas com algodão e calafetadas com breu. Além das canoas, fabricam as malhadeiras (redes) e tarrafas. As redes e tarrafas são construídas com linha de pesca. As redes são tecidas em *nylon*; após concluírem o “pano” de rede, passam para a etapa de “estranhamento”, que consiste na fixação de “chumbada” (peso de chumbo) de um lado e do outro, boias (isopor).

A tarrafa é tecida como a malhadeira; a diferença é que, o formato é circular e a rede é retangular. Na fase final, a tarrafa é “entranhada” na parte periférica, com pequenas peças de chumbo. No lugar que a vida se constitui, que ganha significado, que marca a vida dos ribeirinhos (Sieben, 2012).

O ser ribeirinho se faz na relação com o rio, e se manifesta na culinária, nas festas, nas danças e na religiosidade. Nas comidas tradicionais, como: caldeirada de acari com leite de coco babaçu; caldo de piranha preta; ensopado de tartaruga; tracajá, jaraqui, caranha, piau cabeça-gorda e piabanha assada na brasa, servida com arroz branco ou farinha de puba. Segundo o entrevistado 10, o caldo de piranha preta é afrodisíaco, aumenta a fertilidade e a chance da criança ser “macho”.

As festas religiosas são de origem católica; São Pedro e São João; que na bíblia, antes de serem apóstolos eram pescadores são os padroeiros dos ribeirinhos são-joanenses. Nota-se que, a manifestação religiosa se dá a partir do imaginário do rio e o do peixe. As festas religiosas acontecem no mês de junho, mês dos padroeiros. Neste período, são realizadas novena, rezas e festejos: onde são vendidas comidas típicas: peixes (assado, frito e cozido), e são realizadas corridas de rabeta e o campeonato de pesca.

O imaginário ribeirinho é repleto de mitos e lendas que são ensinadas aos mais jovens. Conhecidas como “estórias de pescador”: a boiuna – cobra grande, nego d’água e a mulher das águas que encanta e mata os pescadores afogados. Faz parte do imaginário ribeirinho, o mito que: “no ano que o jaraqui chega à comunidade, aquele ano terá fartura de peixe. [...] e que, a dor da esporada de arraia se cura, quando uma virgem senta no local” (Entrevistado 05, J.P.S.; 88 anos, 07/04/2017). Segundo Lowenthal (1985), é através das estórias, vivências e imaginações construídas nos mapas mentais que os lugares se constituem.

Os ribeirinhos são-joanenses não usam o termo “ribeirinho” para se firmarem como povo tradicional. Usam expressões sinônimas, que refletem a identidade ribeirinha. Autodeclaram-se: “beradeiro” e “berrola”, as duas palavras trazem orgulho, porque expressam a dependência ao rio e suas margens. Já as expressões “piranheiro” e “carizeiro” são expressões pejorativas exógenas, usadas pelos cidadãos como ofensa aos ribeirinhos. Contudo, por mais que seja vexativa, a expressão releva a dependência dos ribeirinhos com o rio, o peixe e as margens.

As comunidades ribeirinhas são-joanenses, das margens do rio Tocantins e Araguaia, de acordo com a entrevista realizada na comunidade de Apinagés, têm a pesca<sup>4</sup> como a principal atividade de subsistência; e as atividades de barqueiros, de guia turístico, e a construção de barracas nas praias do rio Tocantins e Araguaia surgem pela escassez de peixe, em função da pesca predatória nos meses de dezembro a fevereiro, período destinado à reprodução dos peixes.

De acordo com as entrevistas, a pesca é a fonte primária de alimento de 60% dos ribeirinhos, e para 40% dos interlocutores, é fonte secundária, porque o rio não consegue oferecer alimento suficiente a suas famílias, em razão da pesca predatória, ocupação das margens dos rios pelas fazendas de criação de bovinos e a plantação de Eucalipto para as siderúrgicas de Marabá (PA) para atender parte da produção de bauxita da Companhia Vale.

As Estratégias Territoriais de Sobrevivência (ETS) pensadas pelos beradeiros são-joanenses materializam-se no território, principalmente na pesca de anzol, no período de

---

<sup>4</sup> A principal fonte de alimento e renda dos ribeirinhos é a pesca. Os peixes que são a base de sua alimentação são: dourado (*Salminus brasiliensis*), jaú (*Paulicea luetkeni*), mandiaçu (*Duoplatinus emarginatus*), fidalgo (*Ageneiosus brevifilis*), pacu, caranha (*Piaractus mesopotamicus*), piau-cabeça-gorda (*Schyzodon fasciatum*), pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), piracanjuba, matrinxã (*Brycon hilarii*), piraíba, filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), piraputanga (*Brycon microlepis*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), tucunaré (*Cichla* spp.), cachorra (*Hydrolycus scomberoides*), cachara, surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), pescada (*Plagioscion squamosissimus*), corvina (*Pachyurus francisci*), curimatã (*Brycon brevicauda*) e quelônio: tracajá (*Podocnemis unifilis*) e tartaruga (*Peitoccephalus dumerilianus*).

dezembro a fevereiro; e de malhadeira, tarrafas e espinhéis, entre março a outubro; paralelamente, exercem trabalhos ligados ao turismo no mês de julho a setembro; e plantam nas vazantes nos meses de setembro a novembro; assim, se relacionam com a dinâmica do rio na estação chuvosa e na vazante, no verão.

No período de estiagem, nas praias no rio Tocantins e Araguaia, as ETS materializa-se no território com a fabricação de cabanas, comercialização de peixes, “alugueis” de barcos e canoas a turistas para pescarem e passearem. Os ribeirinhos possuem o modo de vida ligado ao ciclo de cheia e “vazante” dos rios amazônicos (Almeida, 2008).

O lugar surge no cotidiano com as relações afetivas, sociais e econômicas no território, e com os sujeitos da comunidade (vizinhos e parentes). No relacionar-se com o rio, sua principal fonte de renda é (peixe, quelônio, turismo e lazer); e nas relações com parentes e vizinhos, é no trabalho que se dá entre eles no e com a dinâmica da natureza (beirada e a mata).

Segundo Tuan (1983), os sentidos conduzem o ser ao contado direto com uma porção delimitada de espaço e proporciona familiaridade e afetividade. A afetividade ribeirinha são-joanense ao lugar é criada na relação com rio no pescar, no turismo, lazer e agricultura de vazante. O lugar ribeirinho é resultado de experienciação direta pelos sentidos ao local, conforme indica Tuan (1983, p.153):

É uma porção espacial (lar, rua, vila, cidade), pessoas e emoções, delimitadas a partir da experienciação via sentidos, que está armazenada na memória, a ser evocada a noção de lugar, os espaços, emoções e as pessoas (os códigos/palavras) assumem novas conotações simbólicas que contrapõem o seu sentido denotativo. Os novos significados foram construídos a partir da relação íntima, direta e afetiva de pessoa com o lugar [...].

O lugar é carregado de afetividade e significado que os sujeitos constroem com o espaço conhecido. O lugar para os beradeiros são-joanenses é sinônimo de amor, paixão e desejo de estar perto. A possibilidade de rompimento da relação com o lugar insufla desesperança. Ser arrancado do lugar pelas grandes obras de engenharia é uma tristeza, em razão de suas relações com o rio em movimento.

Segundo Araújo (2017), a afetividade ao espaço dos ribeirinhos são-joanense é construída na relação com o rio e o peixe, sendo a fonte de renda e sobrevivência principal. A relação construiu a identidade marcada pela dependência do rio, beirada e da mata. Por outro lado, a afetividade ao lugar são as relações de amizade entre os sujeitos da comunidade, todos se conhecem (parentes e amigos).

Assim, os laços afetivos entre os beradeiros e o rio Tocantins/Araguaia, mediados pelo modo de vida e o processo de identificação produzem o lugar. Corroborando com a ideia de que “espaço vivido” se constrói na experiência, Tuan (1983, p. 220) afirma:

Se bem que leva tempo para sentir afeição por um lugar, a qualidade e a intensidade da experiência é mais importante do que simples duração. [...] Estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente da de ter e cultivar um “sentido de lugar” [...]. O esforço para evocar um sentimento pelo lugar e pelo passado frequentemente é deliberado e consciente [...].

A noção de lugar é construída historicamente no local mediante a territorialidade. Segundo Tuan (2012, p.19), a ligação amorosa a um determinado local é topofílica. A topofilia é um termo que expressa ligação afetiva dos sujeitos ao lugar. A cotidianidade ao longo de anos, a uma porção do espaço geográfico, o transforma em lugar; porque as pessoas se apegam a essa porção do espaço físico, “vivido” todos os dias através das relações sociais entre os beradeiros e a dinâmica da natureza (rio, beirada e mata).

O ser ribeirinho/beradeiro em São João do Araguaia é o viver no rio, em suas margens e nas matas, e trazem marcas nas mãos, cicatrizes no corpo, e apego ao local, é nesta dinâmica cotidiana, que se constrói a identidade ribeirinha. As marcas são sinais de uma relação de amor e ódio, sobrevivência e desgaste físico; mas, é o agente responsável pela construção afetiva do lugar.

Segundo Araújo (2017), o lugar é o viver a relação com o rio. As relações ribeirinhas se dão: no acordar cedo para pescar e organizar as tralhas de pesca: a rede, a tarrafa, os espinhéis, os anzóis, os remos, o isopor com gelo, gasolina para o motor, o rancho, a rabeta<sup>5</sup>; e a saída de canoa pelo rio até o local do cardume; armar a malhadeira, depois montar acampamento na praia e pescar de tarrafa; mas, sempre de olho no boto (*Inia geoffrensis*).

De acordo com as entrevistas, as práticas pesqueiras dos ribeirinhos são-joanenses são classificadas em artesanal e predatória. A pesca artesanal vivida por 77% dos interlocutores é realizada com anzóis, malhadeiras, tarrafas e espinhéis, de acordo com nível das águas do rio e o local, e destinada à subsistência. A pesca predatória é praticada por 23% dos entrevistados, realizada de “arrastão<sup>6</sup>”, que é captura de cardumes de peixes nos rios Tocantins, Araguaia e seus afluentes.

---

<sup>5</sup> Rabetas são vergões de ferro que, em uma extremidade contém um leme e na outra uma hélice, acopladas aos motores para realizar a movimentação de pequenos barcos e canoas. Nas comunidades ribeirinhas são-joanenses a palavra rabeta se refere a barcos ou canoas que possuem motores.

<sup>6</sup> O Arrastão é praticado no fim da piracema, quando os cardumes de peixe estão retornando dos rios menores para o rio Tocantins. O arrastão consiste na utilização de uma rede de arrasto por vários homens, que captura os cardumes, quando estão descendo o rio próximo às margens.

Conforme a (Imagem 1), os ribeirinhos são-joanenses vivem o modo de vida ancorado ao rio. Pescam o ano inteiro, de formas diversificadas, em lugares específicos do rio Tocantins-Araguaia e seus afluentes. Nos meses de março a outubro, a pesca é realizada de arrastão, malhadeira, tarrafa e espinhel, em rabetas, para capturar os cardumes que sobem o rio dos lugares de reprodução.

As imagens (1 A, B e C) demonstram as práticas pesqueiras: predatória e artesanal exercidas pelos ribeirinhos são-joanenses. Os ribeirinhos conhecem o rio e sabem os pontos de cada espécie, e como capturá-las; sabem o período de pesca pela lua e pelo clima.

Imagem 1 – Beradeiros pescando no período de vazão do Rio Tocantins



Fonte: Araújo, 10/11/2022.

Conforme a imagem, as práticas pesqueiras ribeirinhas são diversificadas. A (imagem A) demonstra a quantidade de peixe capturada de arrastão à margem da Ilha do Boi, que diminui a quantidade e a diversidade de peixe. A (imagem B) demonstra um beradeiro pescando de tarrafa; e a (imagem C) mostra mulheres ribeirinhas reunidas para limparem o peixe para o consumo nos acampamentos, às margens das praias do rio Tocantins.

As imagens revelam a ligação que os beradeiros estabelecem com o rio, o peixe e as praias formadas pela deposição de sedimentos às margens dos rios. Nas entrevistas, os ribeirinhos foram questionados sobre qual é a importância do rio para suas vidas. Em todas as



respostas, o rio é ressignificado com base no imaginário “beradeiro”, como fonte de alimento, de riqueza e lazer. Para justificar a importância do rio, o interlocutor 12 afirma: “Rio é a mãe do povo; o rio é o peixe, é a água; e se tirar o peixe, o rio acabou” (Entrevistado 12, A.C.M.; 61 anos, 07/04/2017). Evidente que o peixe é a base da relação com o rio.

Segundo Araújo (2017), os ribeirinhos são-joanenses, em especial a comunidade de Apinagés, nos meses de julho a setembro complementam a renda com o turismo, a fabricação de barracas de madeira e folhas de babaçu, traslado de turistas para as praias e a comercialização de peixe. No mês de setembro, no período de lua cheia, capturam as tartarugas e os ovos nas praias para o consumo. Após esse período, dedicam-se à agricultura de vazante às margens do rio e das ilhas.

Na piracema, recebem o Seguro-defeso<sup>7</sup>, e exercem atividades diversas para complementar a renda familiar, a principal é pesca com anzol. Contudo, para os ribeirinhos de São João do Araguaia, na piracema é difícil a pesca de anzol pela escassez de peixe; então, muitos beradeiros trabalham na limpeza de pastos, de ajudante de serviços gerais, leiteiro e vaqueiro, etc. Essas atividades são temporárias (ETS), mas a pesca é sua principal fonte de renda.

Os povos tradicionais são sujeitos que têm o modo de vida ligado à dinâmica das florestas e dos rios; e essa relação produz territorialidades que geram pequenos impactos ambientais (Almeida, 2008; Brasil, 2007; Diegues, 2000; Arruda, 199). Dentre esses povos, destacamos os ribeirinhos amazônidas, que possuem um modo de vida ligado aos rios. Mas, os ribeirinhos são-joanenses possuem o mesmo modo de vida dos demais ribeirinhos amazônicos?

Para o desenlace à indagação, é razoável confrontar a relação com rio e suas margens pelas comunidades ribeirinhas da Amazônia Ocidental e os ribeirinhos são-joanenses. Na análise, percebeu-se algumas similaridades e diferenças no seu “*modus vivendi*”.

Segundo Almeida (2008) e Porto Gonçalves (2005), os ribeirinhos amazônidas são caboclos da floresta e do rio que praticam a pesca, agricultura e o extrativismo. Nesta relação com a dinâmica da natureza, coletam frutas, raízes, resinas; pescam e plantam em terra firme e nas vazantes. Tais ribeirinhos localizam-se na Amazônia Ocidental, em locais de difícil acesso em função da hidrografia regional.

---

<sup>7</sup> “O Seguro-defeso é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. O defeso está regulamentado pela Portaria nº. 46, de 27 de outubro de 2005, que permite a pesca, utilizando apenas anzol [...]” (BENTES *et al*, 2014, p.172).

Assim como as populações ribeirinhas da Amazônia Oriental; os beradeiros são-joanenses construíram sua identidade ribeirinha ligada ao rio, primeiramente à pesca, e à agricultura de vazante (Araújo, 2017). Hoje, pela escassez do pescado, os beradeiros adotam as ETS que se materializam nas atividades informais de vaqueiro, leiteiro, pedreiro, para manterem suas famílias. Mas, diante das intermitências que se apresentam para viverem a relação com rio, continuam pescando, porque, o ser ribeirinho em São João do Araguaia, se faz na “pesca”.

Os ribeirinhos amazônidas possuem modos de vida diferentes em razão da diversidade de ecossistemas e seus respectivos rios. Na investigação, comprovou-se que, a diferença consiste, principalmente, na heterogeneidade do ecossistema amazônico, e a frequência da “relação com o rio”; onde os ribeirinhos da Amazônia Ocidental conseguem relacionar-se com floresta e o rio ano inteiro.

Já, os beradeiros são-joanenses precisam adapta-se em função do avanço do capital. Para permanecerem vivendo na “beirada do rio” constroem estratégias de sobrevivência – a agregação de outros costumes ao modo de vida ribeirinho. O beradeiro são-joanense, para permanecer na beirada do rio, precisa ser resiliente frente à “intermitência” de sua relação como rio imposta pelo capital, mediante à implantação de grandes obras de engenharia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa propôs a análise de comunidades ribeirinhas Amazônidas, em especial, os beradeiros de São João do Araguaia, à luz da categoria de lugar, em uma perspectiva fenomenológica. A categoria lugar tornou evidente a relação afetiva responsável pela construção do modo de vida ribeirinho.

Na pesquisa bibliográfica, entrevistas e observações *in loco* foi possível entender que o lugar é mais que uma porção de terra para os povos tradicionais amazônicos, em especial, os beradeiros são-joanenses; e que, precisam do rio para se constituírem como “povo da beirada”, que tem a existência subordinada às relações materiais, simbólicas e afetivas que se revelam na pesca, na agricultura de vazante, no lazer e no turismo.

Percebeu-se que, o reconhecimento jurídico dos povos e populações tradicionais e seus territórios, pelo decreto presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais –

CNPCT tornou-se um marco para proteção da cultura tradicional. A lei fez do modo de vida tradicional um dos principais responsáveis pela defesa do meio ambiente.

Por fim, à luz das investigações, compreendeu-se que as comunidades ribeirinhas amazônicas têm em comum, a ligação com a dinâmica do rio. Contudo, a pesquisa evidenciou que, a relação não é homogênea porque, a floresta amazônica possui peculiaridades em cada sub-região e seus respectivos rios, e o avanço do capital, através da construção de estradas, hidrelétricas e a implantação de projetos agrícolas; pressionam os beradeiros, principalmente da Amazônia Oriental a adotarem estratégias de sobrevivência para permanecerem às margens do rio, com isso, a identidade ribeirinha amazônica é heterogênea.

Por isso, torna-se urgente a pesquisa em comunidades tradicionais amazônicas, principalmente as ribeirinhas localizadas em regiões com altas taxas de antropização. Porque, nessas regiões, os ribeirinhos não são reconhecidos como povos tradicionais. Por esse motivo, são necessárias mais pesquisas sobre a temática ribeirinha, e que sejam publicadas em formatos de artigos e livros; noticiadas em jornais e ensinadas nas escolas de educação básica. A educação promove o conhecimento e o respeito aos beradeiros.

## Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAÚJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da Comunidade de Apinagés em São Joao do Araguaia-PA, na perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Marabá**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em estudos de cultura e território. Araguaína: UFT, 2017.

ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

BICUDO, M. A. V. (Org.). **Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTES *et al.* A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 167-187, dez. 2014. Disponível: <<http://www.periodicos.ufpa.br>. > Acesso em: 29 ma. 2017.

BUTTMER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. Difel, São Paulo, 1985.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, DE 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Ministério de Meio Ambiente/ Cidades Sustentáveis. Bens Naturais Comuns.** Brasília: MMA/CS, 2015. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> > Acesso em: 2 set. 2022.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

DIEGUES, A. C. S. *et al.* **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

DIEGUES, A. C. S. *et al.* **Povos e Águas: inventário de áreas úmidas.** 2 ed.. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 01 out. 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a uma Epistemologia Geográfica. *In:* CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia.** Difel, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para ~~dar~~ entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1988.

PARÁ. Secretária de Estado de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Pará.** Belém, PA. 2014. p. 47.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SIEBEN, A. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito.** Programa de pós-graduação em Geografia, 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

TUAN, Yi-Fu. Introdução. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente,** (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 87-138. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 19 abr. 2017.